

**CADERNOS
DE
ESTUDOS
SOCIAIS**

Volume 28, número 1
Janeiro a junho de
2013
ISSN 0102-4248

TEMAS LIVRES

ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: ORIGENS, REFLEXÕES E TENDÊNCIAS¹

Samária Araújo de Andrade²

Resumo

O presente artigo investiga a matriz teórica da Economia Política da Comunicação (EPC) expondo pontos fundamentais como a definição de Economia Política e também questões que carecem de maior atenção, como a passagem de “Economia Política” a “Economia”- quando essa segunda quase sufoca a primeira. Ainda expõe os fenômenos que justificam a aproximação entre Economia Política e Comunicação e discorre sobre as diferentes escolas e temas em EPC. A escolha por abordar esses pontos deve-se à argumentação aqui defendida, que destaca a EPC como corrente teórica com potencial explicativo para fenômenos contemporâneos de comunicação, quando os meios de comunicação ganham espaço central em processos sociais, econômicos, políticos e culturais, produzindo conteúdos sujeitos a diferentes forças e quase sempre desregulamentados.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação. Comunicação. Economia Política. Economia. Meios de comunicação.

Political Economy of Communications: origins, reflections, and tendencies

Abstract

This paper investigates the theoretical matrix of the Political Economy of Communication (EPC) exposing fundamental issues as the definition of political economy as well as issues that need further attention, such as the passage of "political economy" to "economics" - when this second almost suffocates the first. Also exposes the phenomena that justify the approximation of Political Economy and Communication discusses the different schools and themes in EPC. The choice to address these points should be the argument advanced here, which highlights the EPC as a theoretical chain with explanatory potential for contemporary communication phenomena, when the media gain center stage in social, economic, political and cultural processes, producing content subject to various forces and often deregulated.

Keywords: Political Economy of Communication. Communication. Political Economy. Economy. Media.

¹ Para citar este artigo: ANDRADE, Samária Araújo de. Economia Política da Comunicação: Origens, reflexões e tendências. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.28, n. 1, p. 92-113, jan/jun, 2013. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (PPGCOM – UFPI), Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: samaria.andrade@hotmail.com.

Economía Política de la Comunicación: Orígenes, reflexiones y tendencias

Resumen

Este trabajo investiga la matriz teórica de la Economía Política de la Comunicación (EPC), y expone cuestiones fundamentales como la definición de la economía política, así como temas que requieren mayor atención, como por ejemplo el paso de la "economía política" a la "economía" - cuando este segundo casi sofoca el primero. También expone los fenómenos que justifican la aproximación de Economía Política y Comunicación y analiza las diferentes escuelas y temas en EPC. La decisión de tratar estos puntos debe ser el argumento presentado aquí, lo que pone de relieve la EPC como una cadena teórica con potencial explicativo de los fenómenos comunicativos contemporáneos, cuando el contenido de la media gana el centro de la escena en los procesos sociales, económicos, políticos y culturales, e la producción esta sujeta a diversas fuerzas y, a menudo, desregulado.

Palabras clave: Economía Política de la Comunicación. Comunicación. Economía Política. Economía. Media.

IN PRESS

INTRODUÇÃO: POTENCIAL EXPLICATIVO PARA FENÔMENOS CONTEMPORÂNEOS DE COMUNICAÇÃO

Operando como dinâmicas indústrias culturais, instituídas sob o signo do capitalismo global, especialmente nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, os meios e produtos de comunicação contemporâneos podem encontrar na teoria da Economia Política da Comunicação (EPC) potencial explicativo para análises sobre produção, circulação e consumo de conteúdos, uma vez que a EPC se interessa em estudar os meios de comunicação e os conteúdos produzidos, distribuídos e consumidos sob a ação de forças diversas, e que se relacionam com processos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Para que se aponte o potencial explicativo da EPC na busca de compreender esses fenômenos faz-se necessária uma investigação anterior, que explicita a matriz teórica da Economia Política, seguindo um trajeto que se inicia com o surgimento e definição do termo Economia Política, ainda no século XVII. “Economia Política” é o nome de origem da disciplina “economia”, por isso julga-se importante destacar a questão da passagem do termo “Economia Política” para “Economia”, verificando-se o fortalecimento deste último, com a tendência de concentração nos aspectos econômicos.

Em seguida, discute-se sobre as várias escolas de Economia Política, verificando-se que algumas adotam posturas mais funcionalistas e pragmáticas e outras seguem caminhos mais críticos - posições situadas pelos estudiosos como mais à direita ou à esquerda do pensamento da disciplina. Argumenta-se ainda que quando se refere especificamente à Economia Política da Comunicação as distinções entre diferentes tendências ainda podem ocorrer com base geográfica, ou seja: dependem de que região do planeta – e, portanto, do contexto – em que esses estudos estejam sendo produzidos.

Por fim, o artigo dá ênfase à aproximação da Economia Política com a Comunicação - o que se justifica com o crescimento das indústrias da mídia no século XX - e discorre sobre a diversidade de temas que a EPC tem estudado.

As argumentações apresentadas destacam os estudos em EPC como linha teórica interdisciplinar, não exclusiva e que pode aliar-se a outros estudos na tentativa de compreender a produção dos meios de comunicação e os produtos de comunicação postos em circulação por estes, resultantes da operação de numerosas forças.

Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, debruçando-se sobre uma contextualização histórica da economia política como base para que se chegue à Economia Política da Comunicação e fenômenos mais contemporâneos, que são confrontados com a base teórica da EPC, especialmente em sua vertente crítica.

ORIGEM E DEFINIÇÃO

O termo “Economia Política” surge no século XVII, sendo utilizado para definir o estudo das relações de produção, acumulação e distribuição de riquezas, entre as classes da crescente sociedade burguesa: capitalistas, proletários e latifundiários. Pelos registros, o francês Antoine Montchrétien, autor de “Tratado da Economia Política” (1615), foi o primeiro a usar a expressão, fazendo observações e recomendações que tinham como objetivo o enriquecimento do reino (SCHUMPETER, 1964).

Economia Política torna-se o nome da nova ciência que surge no século XVIII, no processo da Revolução Industrial e consolidação do modo de produção capitalista na Europa. Serve, em parte, para explicar, justificar e fomentar o capitalismo nascente e os benefícios de se separar política (vinculada a um Estado conservador) e economia (baseada na crescente classe industrial). Considerava como ineficiente e improdutivo um mercado que necessitava de uma ajuda forte do Estado. Por isso foi um poderoso braço do liberalismo e, de início, progressista, defendendo a libertação das pesadas leis do Estado e acreditando que o mercado se autorregularia de forma mais justa.

No entanto, quando a burguesia industrial consolida sua hegemonia, a nova ciência revela-se um instrumento de justificação de um sistema de poder que também é desigual e baseado na exploração do homem. Por isso, Marx promoveu uma crítica da Economia Política, afirmando ser fundamental conhecer os mecanismos de funcionamento da nova lógica social, centrada agora na hegemonia do econômico sobre o político. A crítica de Marx altera o campo acadêmico da Economia Política. Mais tarde, grupos de estudos em diferentes países agregam parte significativa do pensamento crítico à matéria.

Para Marx a questão mais importante sobre a qual a Economia Política deveria se debruçar era sobre como o capital se origina. Ele diz: “Na verdade, trata-se da questão de como o dinheiro (ou mercadoria, pois dinheiro é apenas a forma transformada da mercadoria), uma quantia de valor em geral, se transforma em capital ou então: como se origina o capital?” (2010, p. 40).

Mosco (2009, p. 48) define Economia Política como “o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação”. O autor afirma que essa formulação é importante por chamar a atenção para as forças e processos fundamentais em funcionamento no mercado. Mas reconhece que nem sempre é fácil diferenciar produtores, distribuidores e consumidores. Por isso, aponta que uma definição mais abrangente e ambiciosa seria pensar Economia Política como “o estudo do controle e da sobrevivência na vida social” (2009, p. 49). Controle refere-se à organização interna - são processos políticos - e sobrevivência diz respeito à reprodução e continuidade social - são processos econômicos. Para Mosco, o valor dessa definição está em sua amplitude, permitindo que a Economia Política incorpore quase tudo o que é relativo a atividade humana.

De fato, a expressão “Economia Política”, que pode parecer restritiva à primeira vista, engloba várias dimensões da realidade social. De Paula (In: MARX, 2010, p. 7) define a Economia Política como interdisciplinar e afirma que “ao se falar de Economia Política convoca-se um conjunto de outros conjuntos e mobilizam-se as determinações histórico-materiais da realidade social”.

Tradicionalmente, a Economia Política tem dado prioridade a entender as mudanças sociais e transformações históricas. Mosco (2009, p. 51) explica melhor o que isso significou ao longo do tempo:

Para os teóricos clássicos como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, significava compreender a revolução do grande capitalismo e a convulsão que transformou as sociedades baseadas primariamente no trabalho agrícola em sociedades comerciais, manufatureiras e finalmente industriais. Para os economistas políticos críticos como Marx, significava examinar as forças dinâmicas do capitalismo responsáveis por seu crescimento.

Atualmente, o termo Economia Política é usado para referir-se a estudos interdisciplinares que se apoiam em várias ciências: Economia, Sociologia, Direito,

Ciências Políticas, na busca de entender como as instituições e os contornos políticos influenciam os mercados ou são influenciados por estes.

Uma forma de descrever Economia Política está em avaliar quatro pontos, definidos por Golding e Murdock (2000) como ideias centrais para esses estudos: 1) a transformação social, 2) a compreensão dos fenômenos dentro de sua totalidade social, 3) a filosofia moral e 4) a *práxis*.

Em relação à transformação social, a Economia Política a descreve como histórica. Clement e Williams (1987, p. 7) afirmam que a Economia Política reconhece que “a mudança social se situa na interação histórica dos momentos econômicos, políticos, culturais e ideológicos da vida social, junto à dinâmica baseada nos conflitos socioeconômicos”. Essa ideia defende que cada mudança social só pode ser compreendida dentro de sua etapa histórica de desenvolvimento.

O segundo ponto, a totalidade social, afirma que os fenômenos não podem ser avaliados de modo isolado, mas devem ser estudados dentro de sua totalidade social, junto a outras forças, em sua realidade concreta, inclusive com os fatores integradores e com as contradições que constituem a vida social.

A filosofia moral se refere aos valores e concepções das práticas sociais. Ela defende formas de viver que considera moralmente mais adequadas. Em geral, trata dos estudos dos comportamentos considerados os mais justos em uma determinada sociedade (MOSCO, 2009; GRAMSCI, 2011).

A última característica é a *práxis*. A palavra tem origem no grego antigo onde era usada para definir as atividades políticas e econômicas dos homens livres. Refere-se, especialmente, à atividade livre e criativa, por meio da qual as pessoas produzem e modificam o mundo e a elas próprias. A Escola de Frankfurt se referia à *práxis* como ação. O trabalho é um tipo de *práxis*. Gramsci (2011) lembra que a filosofia moral deve corresponder a *práxis*. Em outras palavras: os valores e as práticas, as ações de uma sociedade, devem ser correspondentes.

As quatro ideias centrais de Economia Política permitem supor que essa linha teórica tenha potencial para abordar questões centrais contemporâneas - um tempo de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, onde se faz necessário

refletir criticamente sobre essas transformações, entendê-las como históricas e tentar interpretá-las dentro de sua totalidade social, confrontando valores e práticas.

DE ECONOMIA POLÍTICA À ECONOMIA

No início do século XIX, os estudos com o nome “Economia Política” estavam consolidados e a expressão aparece no título de livros de inúmeros autores (David Ricardo, Thomas Robert Malthus, John Stuart Mill). Marx deu a “O Capital” (1867) o subtítulo de “Crítica da Economia Política”, alertando que o econômico estava se sobrepondo ao político nos processos históricos e sociais.

Marshall (1842-1924), no final do século XIX, foi quem primeiro abandonou a expressão “Economia Política” ao denominar seu livro simplesmente de “Princípios da Economia” (1890). A partir do final daquele século a expressão foi sendo progressivamente abandonada, adotando-se apenas o termo “Economia”, que passou a contar com a preferência dos economistas para designar a sua ciência. Os defensores da Economia manifestavam a vontade de usar métodos mais empíricos e consideravam a Economia Política por demais teórica e com métodos de análises muito abstratos para os novos tempos, mais pragmáticos, que se apresentavam.

O momento histórico atraía um número crescente de pensadores para os assuntos da Economia e a ciência econômica ganha *status* de uma área autônoma de conhecimento. Teixeira (2000, p. 94) argumenta: “Com essa troca de nomes o sentido original do termo começou a se perder e foi sendo progressivamente esquecido”. Não se tratava apenas do surgimento de um novo nome, mas da ruptura – nas análises - entre o econômico e o político.

Muitos cursos acadêmicos que se chamavam “Economia Política” passaram a adotar apenas o nome “Economia”. Na América Latina, a eliminação da palavra “política” do título da graduação ocorre com os processos de militarização e ditadura que se abateram sobre esses países a partir dos anos de 1960 (ZAIAT, 2012). “Economia Política” passa a ser uma disciplina dentro do curso que se chama “Economia”, como até hoje permanece em vários países, inclusive no Brasil, formando-se economistas e não economistas políticos.

Eliminou-se não apenas a palavra, mas o viés político da disciplina, com a defesa de torná-la mais prática e, paradoxalmente, limitando-a na sua possibilidade de

intervir e transformar a realidade de modo global. Tinha início o fortalecimento da chamada corrente ortodoxa do pensamento econômico. Era o começo da onda neoliberal a nível mundial e da formação de economistas definidos como neoclássicos, corrente conservadora que aposta em modelos explicativos técnico-matemáticos, negligenciando pontos que terminam por ficar mais valiosos para a vertente crítica da Economia Política (refere-se aqui aos já citados mudança social e histórica, totalidade social, filosofia moral e *práxis*).

Quando promoveu a crítica da Economia Política, ainda no século XIX, Marx influenciou o florescimento do viés crítico que passa por fases de maior ou menor aceitação ao longo do tempo. Muitos autores consideram que desde a segunda metade do século XX o viés crítico tem sido negligenciado e a interpretação conservadora dos acontecimentos econômicos tem sido dominante. Zaiat (2012, p. 11) afirma que “a ortodoxia coincide com a ordem natural em um mercado livre” e que “um mercado livre é uma situação ideal”. Mas o autor alerta que uma situação ideal é um universo econômico inexistente.

Ao focar excessivamente no econômico, a Economia ortodoxa segue um raciocínio exageradamente matemático e anti-histórico, desprezando os problemas sociais de cada momento. As interpretações dos economistas conservadores constituem uma visão predominante nos noticiários dos meios de comunicação. A linha de notícias comumente veiculada adota um viés mais pragmático e pouco social das questões econômicas.

Mas distinguir o econômico e sufocar o político não se revela tão simples. A realidade social é sempre mais complexa que esquemas de equações matemáticas. Essa evidência tem sustentado o viés crítico da Economia Política e vê-se essa corrente sendo retomada nos últimos anos, ainda que se admita que o viés conservador, que contou com aporte intelectual da academia neoliberal e do mercado, continue dominante.

Zaiat (2012) diz que as correntes conservadoras têm estabelecido a hegemonia no debate econômico por várias décadas, contando para isso com apoio no mundo acadêmico e político. Porém, o mesmo autor afirma que nos últimos anos vários

postulados ortodoxos têm sido questionados, reintroduzindo no cenário político questões como distribuição de renda, inclusão, fortalecimento do Estado e a cobrança sobre o seu papel de ordenador social. Por isso, Zaiat (2012, p. 12) defende que o aporte crítico da Economia Política seja “essencial para abordar o complexo e apaixonante momento presente”.

UMA TEORIA, MUITAS ESCOLAS

A Economia Política se divide em várias escolas de pensamento e uma variedade de pontos de vista. De uma maneira geral, os estudos se dividem em linhas de pensamento mais à direita, com postura liberal e funcionalista, que tendem a justificar as necessidades do mercado; e outras linhas de pensamento mais à esquerda, adotando uma postura crítica. Há algumas classificações distintas. Para refletir sobre as diferentes abordagens em Economia Política em vigência hoje, adota-se aqui a classificação usada por Mosco (1999; 2009), destacando-se algumas das mais significativas linhas de pensamento.

Uma abordagem ficou conhecida como economia neoclássica, em referência a economia política clássica de Smith e seus discípulos. Essa abordagem herdou o nome “economia”, num reconhecimento de que o econômico se sobrepôs ao político. Essa linha de pensamento valoriza a produtividade e a capacidade de aumentar o valor de mercado de um produto final. Ela dá ênfase ao indivíduo e ao mercado, defendendo a decisão individual como forma de expressão do desejo e da procura no mercado. É a que mais se afastou das preocupações com os quatro pontos centrais da Economia Política (mudança social, totalidade social, filosofia moral e *práxis*).

Uma outra abordagem, conhecida como economia política institucional, opôs-se à tendência dos economistas neoclássicos, atacando a concepção individualista como limitada. Esta abordagem adotou uma posição mais à esquerda, argumentando, por exemplo, “que os condicionalismos institucionais e tecnológicos condicionam os mercados a favor daquelas empresas e governos que têm o poder para os controlar” (MOSCO, 1999, p. 101).

Ainda mais à esquerda, outra abordagem de estudos inclui as correntes críticas, como as neomarxistas, que se caracterizam principalmente pela crítica ao modelo capitalista e por colocarem o trabalho no centro de suas análises.

Diferenciando as abordagens mais à direita das abordagens mais à esquerda, Mosco (2009, p. 73) afirma: “A teoria clássica identificava as forças que davam propulsão ao capitalismo, porém tendia a naturalizá-las. Marx buscou situar o capitalismo dentro do fluxo dialético da história”.

Há ainda outras ramificações. Os movimentos sociais, por exemplo, geraram suas próprias escolas de Economia Política, como a feminista e a do meio ambiente. Essas subdivisões reafirmam o interesse da Economia Política em analisar a mudança social e a transformação histórica – alterações estas que nos últimos anos do século XX e início do século XXI incluem tentar compreender o declínio do comunismo, a estagnação e crise das sociedades capitalistas, o pós-modernismo e o surgimento de movimentos sociais que ultrapassam limites de categorias tradicionais como classe social (MOSCO, 1999).

Cada uma das abordagens ou tendências em Economia Política se divide em várias escolas de pensamento. As correntes mais à esquerda, como as linhas institucional e neomarxista, costumam ser as que mais se interessam em investigar a indústria das comunicações. O método adotado por essas correntes é o materialista histórico dialético. Dourado (2011, p. 35) afirma que esse método se justifica nos estudos críticos “face à compreensão da realidade como, essencialmente, histórica, contraditória e mutante, porque submetida a contínuos processos dialéticos”. Golding e Murdock (2000, p. 18-19) dizem que o que distingue a vertente crítica da Economia Política e a faz importante é que ela “vai além dos temas técnicos da eficiência para dedicar-se a questões básicas morais como justiça, igualdade e bem público”.

A APROXIMAÇÃO ENTRE ECONOMIA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Para compreender como a Economia Política se aproximou da comunicação é útil avaliar dois fatores que teriam sido decisivos, segundo Mosco (2009): 1) as transformações provocadas pela estagnação econômica dos anos 1960 e 1970, que interrompe a expansão econômica pós Segunda Guerra e gera uma crise mundial no

modelo capitalista (produção em declínio, aumentos de custos, salários em queda, maior percepção das desigualdades, emergência de novas economias, como o Japão); e 2) mudanças espaciais e estruturais que ocorrem a partir desse período. Inicia-se aí o que se convencionou chamar globalização, assim definida por Fonseca (2005, p. 33):

As empresas especializam-se e tornam-se internacionais ou multinacionais, enquanto os governos se enfraquecem como entes reguladores da economia e as estruturas de negócios se expandem com a revolução das tecnologias de informação e comunicação.

Analisando de modo mais direto o que teria determinado o desenvolvimento de uma Economia Política direcionada à Comunicação, Mosco (2009) aponta a transformação da imprensa, da mídia eletrônica e das telecomunicações que, de empresas modestas, muitas vezes familiares, transformaram-se em grandes empresas de modelo industrial durante o século XX.

Mattelart e Mattelart (2010) localizam o início dos estudos de Economia Política voltados à comunicação nos anos de 1960. As primeiras pesquisas assumem a forma de um questionamento sobre o desequilíbrio dos fluxos de informações e produtos culturais entre os países situados de um lado ou outro do desenvolvimento. Esses estudos ficaram conhecidos como teoria da dependência cultural, depois questionada por se constituir em uma abordagem mecanicista, calcada numa visão dicotômica da realidade social e impossibilitada de ultrapassar o nível da denúncia.

A partir da década de 1970, a Economia Política da Comunicação fala de indústrias culturais, tirando o termo do singular e propondo o plural, alertando para a necessidade de se penetrar na complexidade das diversas indústrias de produção simbólica (cinema, livro, música, TV, jornal, etc), com o objetivo de tentar compreender o processo crescente de valorização das atividades culturais pelo capital, o que se verifica de forma ainda mais intensa a partir do final do século XX.

Desde então, os estudos trazem para o centro do debate em EPC a terminologia “indústrias culturais” e sua relação com o mercado, revisando o termo original e exigindo a atualização de conceitos. A produção de conteúdo nas várias indústrias culturais, geralmente influenciada pelos processos de mercantilização, passa a ser discussão em muitos estudos de EPC, especialmente em sua vertente crítica.

Se o aparecimento das indústrias da mídia no século XX justificam a aproximação da Economia Política com a comunicação, para Fonseca (2005, p. 33) o

crescimento de sua vertente crítica “teria resultado do esforço de entender o processo de constituição das indústrias culturais na sua relação com o *marketing* e com processos econômicos e sociais mais amplos”.

Sobre as transformações que trazem para o centro das discussões os meios de comunicação e suas intersecções com os conceitos de indústrias culturais e modelo de mercado, Bolaño (2008, p. 72-73) reflete:

[...] as empresas de cultura passaram a desempenhar um papel não só de unidades econômicas de valorização do capital de seus titulares, cada vez mais com origem em outros setores, mas do mercado em geral. [...] A compreensão do fenômeno das corporações voltadas para a comunicação deve ser encarada considerando-se a larga articulação entre comunicação midiática e capitalismo avançado, sabendo-se que contemporaneamente as indústrias culturais relacionam-se com o próprio funcionamento dos mercados.

Para o autor só é possível compreender o produto dos meios de comunicação se se leva em conta a dimensão central que os veículos de comunicação adquirem especialmente desde as décadas finais do século XX, articulando-se com o capitalismo avançado, com o modelo de mercado e contribuindo para a manutenção e avanço desse modelo.

Ainda refletindo sobre as articulações entre capitalismo avançado, transferência da autoridade econômica e política para sistemas comerciais e as forças que arrastam os interesses do Estado, Bolaño e Braz (2010, p. 87) destacam:

O atual período de desenvolvimento do capitalismo é caracterizado pela mudança do papel do Estado, que progressivamente se afasta da atividade econômica direta e altera qualitativamente a regulamentação, redirecionada ao fortalecimento dos mercados. O estado passa de uma linha intervencionista, de produtor de bens e serviços e controlador dos ciclos econômicos, para uma posição de repassador ao mercado de grande parte das suas atividades, afastando-se também em grande medida de sua função fiscalizadora.

É nesse terreno, em geral desregulamentado, justificado pela idéia de mercado, que as comunicações têm operado na contemporaneidade, tornando-se alvos de grandes investimentos, tanto do Estado quanto da iniciativa privada, uma vez que como

ferramentas de publicidade, propaganda e de produção de mercadoria cultural desempenham um papel essencial de valorização do capital para o mercado em geral.

DISTINÇÃO GEOGRÁFICA ENTRE ESCOLAS E ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO

Quando se refere especificamente ao campo da Comunicação, as distinções entre diferentes tendências de estudo em Economia Política podem seguir uma classificação com base geográfica, ou seja: dependem de que região do planeta – e portanto do contexto – em que esses estudos estejam sendo produzidos. Para Mosco (2009), de acordo com a localização no mundo, as abordagens de Economia Política para a comunicação diferem o suficiente para serem tratadas de modo separado. Além disso, o autor afirma que “a abordagem da Economia Política à comunicação não está suficientemente desenvolvida teoricamente para ser explicada num único mapa analítico” (1999, p. 102).

A distinção geográfica caracteriza os estudos em três grandes regiões: Estados Unidos, Inglaterra e outros países da Europa, e países em desenvolvimento. Nesta última categoria estão os países da América Latina. Considera-se importante aqui apresentar algumas distinções geográficas nos estudos, pois, ainda que não caracterizem escolas bem definidas dentro do campo da EPC, essas distinções influenciam as pesquisas e, por consequência, o pensamento em EPC nos diferentes locais do planeta.

De modo geral, a investigação norte-americana estuda a indústria da comunicação como integrante de uma ordem corporativa exploradora e antidemocrática. Essa linha defende o avanço de discussões de interesse público junto a órgãos reguladores do Estado. A investigação europeia defende o serviço público dos meios de comunicação social. Já a investigação nos países latino-americanos tem se caracterizado pela crítica ao modelo liberal-desenvolvimentista, estimulado pelos Estados Unidos e adotado por vários países no mundo pós Segunda Guerra Mundial, inclusive o Brasil.

O ideal desenvolvimentista defendia a incorporação dos meios de comunicação como recurso que, junto com educação, urbanização e outras forças sociais, estimularia o desenvolvimento econômico, social e cultural. A adoção desse modelo explica que as maiores companhias de comunicação tenham sido as grandes beneficiadas dos

programas de modernização, recebendo investimentos do Estado, estabelecendo vínculos com o capital e influenciando a aproximação entre meios de comunicação e empresas anunciantes.

Nos últimos anos, os estudos de EPC nos países latino-americanos têm dado ênfase à questão da regulação dos meios de comunicação. A tradição de regular os meios de comunicação não existe na América Latina. Segundo Becerra (2013) isso está relacionado com a forma de organização econômica e política e com a história e a cultura nos países latino-americanos. O autor acredita que a regulação dos meios de comunicação seja o caminho para uma comunicação mais democrática:

Se não se regula os meios de comunicação por lei, eles se regulam por outra via. É preferível que haja uma regulação que estabeleça garantias, com perspectiva de inclusão de setores com menos recursos. Quando a regulação não existe oficialmente, ela termina sendo exercida pelos setores mais poderosos. (BECERRA, N 06, jan/fev. 2013, p. 64-65)

O desenvolvimento dos meios de comunicação na América Latina guarda semelhanças com os modelos americano e europeu, sendo mais fortemente influenciado pelo modelo comercial americano, dependente do Estado e das verbas dos anunciantes. Para Becerra (In: DOURADO, 2013, p. 181-182), ainda que se considerem as diferenças entre os países da América Latina, é possível identificar tendências comuns que contribuem para explicar o funcionamento dos meios de comunicação na região. O autor enumera:

Em primeiro lugar, a lógica comercial tem guiado quase sozinha o funcionamento do sistema midiático na América Latina; em segundo lugar, e de modo complementar, se comprova a ausência de serviços de meios públicos não governamentais com audiência real; em terceiro lugar, se destaca o alto nível de concentração no sistema de propriedade dos meios, liderado em geral por uns poucos grupos; e em quarto, há que se mencionar a centralização da produção de conteúdos nos principais centros urbanos.

Essas avaliações permitem refletir sobre a proximidade entre lógica comercial, pressões políticas e meios de comunicação. Brittos (2009, p. 26) lembra que as empresas da mídia se movimentam entre poderes políticos e econômicos e ante as pressões sociais. O autor argumenta, no entanto, que as pressões são desequilibradas, “com o pêndulo a favor” dos poderes políticos e econômicos.

As tendências que aproximam o funcionamento dos meios de comunicação na América Latina – lógica comercial, processo de concentração e propriedade cruzada, ausência de uma cultura institucional de meios públicos – colocam a região como sujeito e objeto nas pesquisas, o que justifica que nos países latino-americanos tenham crescido de modo significativo os estudos em EPC.

Ainda é importante destacar o pensamento de Marques de Melo (2011) que propõe que, tal como a Economia Política geral, que se divide genericamente em blocos mais à direita e à esquerda do pensamento, como recurso didático também podemos identificar duas grandes linhas de pensamento em EPC: uma pragmática e outra crítica. A pragmática termina por catalisar as abordagens mais sintonizadas com a preservação do sistema econômico hegemônico; e a “crítica” se constitui em uma abordagem mais preocupada em problematizar as estruturas vigentes, quase sempre inspiradas ou influenciadas pelo marxismo.

No Brasil, a EPC configurou-se academicamente somente no final do século XX (MARQUES DE MELO, 2011). Ao fazer um trajeto histórico da EPC no Brasil, Marques de Melo destaca como pioneiros dessa corrente de pensamento no país dois nordestinos: o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho e o alagoano Costa Rego. De Lima Sobrinho ele destaca as reflexões precursoras que se encontram em *O problema da imprensa* (1923). No livro, o capítulo “Industrialismo na imprensa” argumenta que o jornalismo deixou de ser um “sacerdócio” para se converter em um “negócio”. Já Costa Rego (1929) reclama que a imprensa alagoana é dependente de subvenções do governo estadual para sobreviver, ora bajulando, ora chantageando esse poder.

A VARIEDADE DE TEMAS

Contemporaneamente a EPC tem numerosos interesses temáticos, grande parte envolvendo as transformações advindas da reconfiguração capitalista de modo global, que se apresenta de forma mais visível a partir do final do século XX e tem como características principais o aumento da concorrência, a expansão de novos mercados, o crescimento das inovações tecnológicas e o avanço em todas as áreas da comunicação, inclusive informática e telecomunicações. Essas transformações trazem os meios de comunicação para o centro das mudanças, exigindo reflexões sobre produção,

circulação e consumo de conteúdos, num cenário de indústrias culturais, onde essa produção de conteúdo ocorre de modo cada vez mais fértil.

Lançando luz sobre esse cenário, Brittos (2009) desenvolveu o conceito “fase da multiplicidade de ofertas”, para definir o período, a partir de meados dos anos de 1990, em que há maior gama de opções – inclusive de comunicação - para escolha do consumidor. A diversidade de produtos, no entanto, muitas vezes mascara a concentração de produção e atende de modo preponderante a interesses mercadológicos. Desde esse período se intensifica a ideia de segmentação de mercado e o lançamento de novos produtos, ainda que pertencentes aos mesmos grupos produtores. Assim, as indústrias culturais operam no mercado de forma paradoxal, unindo variedade de produtos e concentração de produção.

Todas essas questões estimulam os interesses temáticos em EPC. Mosco (2009) apresenta uma lista de interesses dos estudos: as empresas de comunicação, o papel do Estado, as conexões entre setores empresariais estatais, os vínculos entre Economia Política da Comunicação e economias políticas global e nacionais. Temas mais recentes têm abordado as conexões entre produção, discurso e recepção; a relação entre poder de classe, gênero e etnia; o significado das mudanças estruturais dentro e entre as indústrias de comunicação; as consequências para o trabalho; as relações entre as comunicações privada, estatal e pública.

Para Mosco (1999), a EPC tem se destacado por estudar as estruturas responsáveis pela produção, distribuição e troca de produtos de comunicação, os conteúdos dos meios e por observar a importância da regulação do mercado da comunicação. O autor afirma que a ênfase dada a esses pontos é compreensível à luz da importância que adquirem as companhias mundiais de comunicação.

Entre outros temas, mais diretamente ligados à vertente crítica, estão o crescimento da mídia e a crescente importância de sua mediação na vida pública contemporânea, a extensão do domínio das corporações de mídia, a mercantilização da produção cultural e as mudanças no papel da intervenção do Estado e dos governos.

Para Martino (2005, p. 1), de forma mais clara a partir dos anos 1990, a comunicação se torna “mais pródiga de assuntos e abordagens diversas, decorrência

natural do abandono do lastro das determinações metodológicas pregadas pelos primeiros positivistas”. A busca de incluir novos enfoques permite o surgimento e crescimento de novas abordagens. Assim, a EPC se apresenta, a partir das últimas décadas do século XX, como uma concepção não exclusiva para uma compreensão dos papéis que assumem os meios de comunicação de massa na contemporaneidade.

O crescimento dos interesses de estudo em EPC, aliado ao avanço das indústrias culturais, provocou a proliferação de termos como “Economia Política da Cultura”. Dadas as especificidades dos bens simbólicos, estes termos ainda se ramificam como “Economia Política do Cinema” e “Economia Política do Jornalismo” – EPJ – esta, uma nova área especializada de estudo, na intersecção entre EPC e estudos de jornalismo.

A proposta de uma Economia Política do Jornalismo é recente e parte do quadro teórico geral da EPC. Para Franciscato (In: DOURADO, 2013) pode-se visualizar que a EPC opere em um nível macro, descrevendo processos estruturais (mercantilização da informação e da cultura, formação de conglomerados, flexibilização de processos, entre outros) enquanto as teorias do jornalismo operam em uma perspectiva predominantemente microssocial do fenômeno (critérios de noticiabilidade, características do processo e do produto jornalístico, relação com o público e outras). “A construção de uma Economia Política do Jornalismo exige uma articulação refinada teórico-metodológica que alcance mais do que uma justaposição de perspectivas macro e microssociais” (FRANCISCATO, In: DOURADO, 2013, p. 43). A preocupação é evitar uma perspectiva eclética de mera justaposição de conceitos ou quadros teóricos. Fazendo essa ressalva, Franciscato acredita na possibilidade de construção de uma Economia Política do Jornalismo, que deve resultar do esforço coletivo das duas vertentes: EPC e teorias do Jornalismo.

PARA REPENSAR A EPC

Autocrítica incessante, a EPC, especialmente em seu viés crítico, reconhece o contributo da linha teórica, mas indica que ela deve ser renovada de acordo com as transformações mais recentes. Essas observações partem da constatação de que a mudança social é onipresente.

Mais do que as quatro ideias centrais em Economia Política (mudança social, totalidade social, filosofia moral e *práxis*), repensar a EPC exige considerar a proposta

de Mosco (2009), que aponta como mais útil pensar em “pontos de entrada” que ajudem a compreender os processos contemporâneos. Os pontos de entrada seriam três: 1) a mercantilização, 2) a espacialização e 3) a estruturação.

A mercantilização é o processo de transformar um valor de uso em valor de troca. Ou o processo de transformar bens e serviços valorizados por sua utilidade em mercadorias valorizadas por seu rendimento no mercado. O autor alerta que se torna importante compreender como esse processo se estende aos produtos de comunicação.

A espacialização diz respeito às transformações que um determinado espaço sofre em um dado período de tempo. Envolve as pressões de reestruturação industrial, expansão, conquista de novos espaços. O crescimento e a concentração das indústrias de comunicação, por exemplo, são questões de estudo do ponto de vista da espacialização.

A estruturação avalia o processo pelo qual as estruturas se constituem mutuamente com a ação humana. Essa porta de entrada dá ênfase a estudar o poder, que pode estar tanto no grande veículo de comunicação como na audiência.

Avaliar os pontos de entrada abre a possibilidade de análises porque eles dizem respeito a transformações que estão acontecendo em várias áreas sociais, não são específicas da comunicação. Compreendê-las torna-se fundamental para entender a comunicação contemporaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórica da EPC dispõe de potencial explicativo para os fenômenos que se colocam nas comunicações de forma mais clara nestas primeiras décadas do século XXI. Por ser inclusiva, a EPC permite recorrer a várias explicações para que se estude os efeitos complexos de transformações contemporâneas que se interrelacionam, como o avanço do capitalismo, o crescimento das comunicações e das tecnologias, a expansão dos mercados e a proliferação das indústrias culturais. Todos esses processos são atravessados pela comunicação e pelos produtos de comunicação.

Ainda que questionamentos sobre o socialismo possam representar um desafio para o marco teórico mais crítico da EPC, por outro lado as dificuldades da teoria da

modernização e dos projetos desenvolvimentistas, além das flagrantes desigualdades do capitalismo global, impulsionam esse mesmo olhar crítico nos estudos.

Em um cenário neoliberal, com transferência de autoridade econômica e política para agentes privados, com avanço da mercantilização em diversos processos e com a centralidade que os meios de comunicação adquirem, faz-se necessário buscar argumentos que ponham em discussão os formatos neoconservadores, que resgatem as análises sobre as relações de poder e que estejam atentos às condições de produção, distribuição e trocas nas indústrias culturais.

A tendência de concentração nos aspectos econômicos, os movimentos que tendem a buscar a ruptura entre econômico e político, as interpretações mais pragmáticas e matemáticas, menos críticas e sociais, antes de naturalizadas, devem ser problematizadas.

Com a crescente integração dos meios de comunicação na estrutura econômica mundial é necessário que se estude empresas e produtos de comunicação, buscando amparo em correntes teóricas que avaliem processos e práticas de modo crítico e considerem as relações de poder que se expressam no sistema econômico, na cultura e nas suas interações, buscando assim compreender o papel dos meios de comunicação nos contextos atuais.

REFERÊNCIAS

BECERRA, Martín (2013). La television pública em América Latina: condicionantes y desafíos. In: DOURADO, Jacqueline Lima (org.). **Economia Política do Jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo**. Teresina: EDUFPI.

_____ (2013). Muito além do futebol: comunicação, jornalismo e TV. **Revestrés**, edição 06, janeiro/fevereiro, p.64-65.

BOLAÑO, César (2008). Desafios da economia política da informação, da comunicação e da cultura frente às inovações tecnológicas e à mudança social: a atual batalha epistemológica do pensamento crítico latino-americano. In: BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Unisinos, p. 59-75.

_____ (2000). **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Polis.

_____ (2004). **Mercado brasileiro de televisão**. 5.ed. Sergipe: UFS.

_____ (2002). **O império contra-ataca**. In: Textos para discussão III. Eptic – Economia política das tecnologias da informação e da comunicação. Sergipe, p. 1-30.

_____ (2005). Mercado Brasileiro de Televisão, 40 anos depois. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César (orgs). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. 2a.ed. São Paulo: Paulus, p. 19-55.

_____; BRAZ, Rodrigo (2010). A regulação das comunicações no Brasil: conservadora ou liberal? O caso da TV por assinatura. In: BRITTOS, Valério Cruz (org.). **TV digital, economia política e democracia**. São Leopoldo: Unisinos,. p.87-103.

BRITTOS, Valério Cruz (2001). **Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão transnacional**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em comunicação e cultura contemporânea da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____ (2009). Digitalização, democracia e diversidade na fase na multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Digitalização, diversidade e cidadania: convergências Brasil e Moçambique**. São Paulo: Annablume, p.17-29.

_____; MIGUEL, João (2008). Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério Cruz; CABRAL, Adilson (orgs). **Economia política da comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, p.37-56.

_____; NAZÁRIO, Paola Madeira (2008). Sociedade civil, digitalização e movimentos midiáticos estruturantes. In: BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Unisinos, p. 29-58.

CLEMENT, Wallace; WILLIAMS, Glen (1987). **The new canadian political economy**. Kingston: McGill-Queen's University Press.

DE PAULA, João Antônio (2010). Coleção Economia Política e Sociedade. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7- 8.

DOURADO, Jacqueline Lima (2011). **Rede Globo: mercado ou cidadania?** Teresina: EDUFPI.

FONSECA, Virgínia P.S. (2005). **O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo (2013). Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas interfaces entre estudos sobre jornalismo e Economia Política da Comunicação. In: DOURADO, Jacqueline Lima (org.). **Economia Política do Jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo**. Teresina: EDUFPI.

GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham (2000). Culture, communications and political economy. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (orgs.) **Mass media and society**. Londres: Arnold, p. 70-92.

GRAMSCI, Antonio (2011). In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARQUES DE MELO, José (2011). **Brasil Democrático: Comunicação e Desenvolvimento**. Brasília: Ipea.

MARTINO, Luiz C. (2005). Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. In: XIV Compós: Niterói.

_____ (org) (2007). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** São Paulo: Ateliê.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle (1999). **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola.

MARX, Karl (2010). **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autêntica.

_____ (1977). Parte III. In: **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa.

MOSCO, Vincent (1999). Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade 1**: cadernos do Noroeste, Braga, v.12, n. 1/2, p. 97-120.

_____ (2009). **La economia política de La comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch.

SCHUMPETER, Joseph (1961). **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

_____ (1964). **História da análise econômica**, v.1. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

TEIXEIRA, Aloisio (2000). Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Revista Econômica**, v.2, n.4, dezembro, p. 85-109. Disponível em <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/5-aloisio.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

WOLF, Mauro (2008). **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo Martins Fontes.

ZAIAT, Alfredo (2012). **Economia a contra mano: como entender La economia política**. Buenos Aires: Planeta.